

NOTAS SOBRE ESPAÇO, LUGAR E IDENTIDADES TERRITORIAIS EM ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Juliana Maddalena Trifilio Dias*
Sonia Regina Miranda**

Resumo

Este texto busca refletir sobre diálogos entre campos do saber a partir de suas bases epistemológicas, apostando em sua potencialidade para qualificar os processos e espaços de formação e diálogos entre professores. Em especial, a discussão se dará no questionamento da Geografia com sua ancoragem teórica e reflexiva em uma de suas principais categorias de análise do espaço geográfico – o lugar. A proposta teórica do artigo encontra-se no esteio da Geografia humanista cultural, através da reflexão sobre a relação intrínseca entre experiência e atitude reveladas na constituição do sujeito e do lugar.

Palavras-chave: Lugar. Identidade. Epistemologia. Saberes escolares. Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

Ainda que genericamente vinculadas a um *métier* profissional específico – o trabalho do geógrafo – algumas percepções recorrentes em torno do espaço geográfico afetam e convocam, cotidianamente, professores de diversos campos em seus processos e espaços de formação. Compreendemos, aqui, processos e espaços de formação em um sentido amplo, vinculado à dimensão alargada que compõe o professor de profissionalização docente, tal como o fazem teóricos como Maurice Tardif (2002) e Clermond Gauthier (1998). Nesse sentido, tanto nos referimos aos processos de formação pré-profissionais, que acompanham de modo longo a trajetória de vida da pessoa, tal como o que a escola faz com o estudante, quanto aos processos institucionalizados de formação que se dão no âmbito dos cursos de formação. Mas também nos referimos à formação que segue perpassando a vida dos professores nos espaços escolares, aqui entendidos como espaço de partilhas, nos quais se torna possível a constituição de comunidades de ouvintes e grupos de pessoas que, em condições coletivas, seguem se (re)fazendo, continuamente, como professores.

Se pensamos em estruturas de saber que acompanham professores envolvendo compreensões essenciais acerca da dimensão dos conteúdos disciplinares – no caso de nosso interesse direto nesse texto, a Geografia – também podemos admitir que tais estruturas manifestam-se nas estruturas de saber mobilizadas em suas práticas pedagógicas

* Professora da área de Teoria e Metodologia do Ensino em Geografia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Educação pelo PPGE-UFJF e doutoranda em Geografia pelo PPGG-Unicamp. E-mail: juliana.maddalena@ufjf.edu.br

** Professora da área de Teoria e Metodologia do Ensino de História da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela UFF; Doutora em Educação pela UNICAMP; pós-doutora em Didática das Ciências Sociais pela Universitat Autònoma de Barcelona. E-mail: sonia.miranda@ufjf.edu.br

cotidianas. Nessa direção, poderíamos começar a pautar, talvez, a presença de um certo “fetiche” em torno do espaço geográfico, frequentemente entendido como uma dimensão do real que permite a localização de algo em relação de proximidade com o sujeito cognitivo, o estudante. Dito em palavras mais simples, isso equivale a uma compreensão da Geografia recorrente no senso comum, que se remete a uma ideia de localização e representação do espaço geográfico, como se a Geografia fosse, em última análise, a área de saber escolar que lida com os mapas e com as questões descritivas de diferentes espaços. Isso traz algumas consequências mais ou menos óbvias, tal como: “se vamos falar de mapa, isso pertence ao professor de Geografia” ou “se precisamos localizar o espaço temporalmente e um contexto, seja para compreender uma forma de pensamento ou uma manifestação artística, comecemos pelos mapas”. Sob o ponto de vista da cognição, isso redundaria, ainda, numa derivação espontânea frequentemente perceptível nos cenários de formação e escolarização: a missão avaliadora em Geografia nos remete, muitas vezes, à condição dos estudantes serem capazes de saber onde fica a Croácia, ou qual é a capital de Uganda, ou quais as características de uma floresta temperada.

Esse fetiche, presente no modo pelo qual os sujeitos frequentemente se referem ao conhecimento geográfico, é, de certo modo, equivalente ao que, em relação ao conhecimento histórico, Marc Bloch (1997) designa por “mito da origem”. Sobre esse mito, Bloch escreve em uma obra seminal e profundamente contemporânea, produzida durante seu período de reclusão pelas tropas nazistas no interior de uma prisão em um cenário pertinente àquele caracterizado pelo que Hannah Arendt analisara acerca de homens que viveram em tempos sombrios, que

a explicação do mais próximo pelo mais remoto, sendo naturalmente prezada pelos homens que fazem do passado o seu principal tema de

investigação, dominou por vezes nossos estudos até a hipnose. Na sua forma mais característica, esse ídolo da tribo dos historiadores tem por nome a obsessão das origens. (BLOCH, 1997. p. 90)

Pois bem, esse mito que assolou aos historiadores se espalhou pela sociedade civil, e, conseqüentemente, se fez presente nos códigos disciplinares escolares (CUESTA-FERNANDEZ, 1998), num contexto no qual História e Geografia foram inventadas enquanto saberes didatizados para serem ensinados nas escolas. Essa invenção disciplinar ocorrera sob a égide de estados nacionais e de expansão de um nacionalismo que demandava um esforço concentrado de produção de “comunidades imaginadas”, capazes de fazer com que os sujeitos fossem aptos a se reconhecerem como pertencentes a um passado, uma língua e um território comuns (ANDERSON, 2008). A invenção desse tipo de código disciplinar, bem como sua dilatação ao longo do século XX pela Europa e Américas, ainda se manifesta em atitudes que se fazem presentes em práticas cotidianas que convocam, via de regra, uma perspectiva hegemônica e não refletida em torno dos campos de conhecimento. É como se falássemos na presença e extensão de uma possibilidade única de pensar a História e a Geografia. Isso significa trazer à tona uma perspectiva de História assentada num reforço de uma abordagem necessariamente genético-evolutiva, como se não houvesse outras possibilidades de enquadramento do saber em torno do tempo histórico. Seu equivalente, quanto ao pensamento geográfico, implica, em boa parte dos casos, na evocação de uma ideia de espaço como um espaço natural, modificado pelo homem e que se presta a uma atitude de “representação” por meio de ferramentas controláveis acerca daquilo que representa um conhecimento do real, seguro, preciso. Nesse sentido, a dimensão de “representação” espacial acaba por se converter num mediador didático, também convertido em fetiche na prática pedagógica. Cabe

dizer que é também neste contexto de disciplinarização escolar que surgem os primeiros manuais escolares produzidos no interior da invenção desses campos disciplinares e que, durante décadas ao longo do século XX, funcionaram como ferramentas importantes nos processos de formação de professores.

Assim, é como se pudéssemos apontar a existência de uma mística entre as pessoas quanto à presença de uma espécie de senso comum histórico, no qual o passado é buscado em um esforço máximo de retrospectiva cronológica, como se fosse possível – e necessário, pensando-se nas finalidades didáticas desse conhecimento – explicar tudo em sua raiz mais remota. O principal e mais devastador efeito disso encerra-se numa perspectiva que, muitas vezes, nos impede de assumir nosso maior desafio didático: levar os estudantes a refletir e compreender o tempo e a sociedade do presente. O mesmo ocorre na Geografia com sua associação à representação cartográfica, aos elementos físicos da Terra e a uma noção de espaço que, em boa parte dos casos, secundariza a dimensão da experiência humana temporalizada, a mesma experiência que se converte em base epistemológica para compreensão da categoria lugar. Na escola, isso provoca evocações em diferentes disciplinas e nas coordenações pedagógicas, acarretando a permanência desses fetiches dos códigos disciplinares.

Professores de História, via de regra, trazem consigo a máxima de que uma aula de História precisa se iniciar com a localização espaço-temporal, o que representa estabelecer como regra metodológica a proposição do mapa como ponto de partida para a “suposta” contextualização daquilo que se fala, mesmo que tais mapas sejam utilizados em contextos nos quais a compreensão por parte da criança e do jovem acerca do que representam as linguagens mobilizadas pela cartografia, não tenha se processado e o mapa se coloque apenas como um desenho ilustrativo de algo

abstrato. Do mesmo modo, professores de Ciências evocam a descrição e a observação do espaço físico como matéria em torno da qual configura-se a ação primordial de provocação do estudo do meio, como se a dimensão do espaço observado pudesse prescindir de suas dimensões simbólicas e das práticas sociais que orientam os deslocamentos das pessoas em um dado espaço. Para pensarmos uma dimensão do espaço que ative a percepção de mundo, de qual noção estamos falando?

Um desafio da escola e da formação de professores está na dilatação dessa consciência epistemológica, na sua capacidade reflexiva e na configuração de qual Geografia assumir. A Geografia não é única e sua pluralidade precisa ser pautada diante de formulações que se constituíram como hegemônicas numa dada forma de compreender a correlação espaço-tempo. Este cenário pode ser alargado para outros campos, em um esforço que busque aquilo que constitui suas bases epistemológicas, a fim de promover encontros entre eles.

Se as construções dos códigos disciplinares de História e Geografia se definiram na passagem do século XIX ao XIX, sob a égide dos nacionalismos, seu prolongamento ao longo do século XX produziu no Brasil, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, alguns deslocamentos discursivos graças aos encontros lacunares entre os conteúdos escolares e os novos princípios epistemológicos, seja da nova História cultural, seja das chamadas Geografia crítica e a Geografia humanista, por exemplo. No entanto, ainda vivemos o efeito daqueles primeiros paradigmas escolares que se mantêm nas representações sociais das pessoas e da grande mídia. Nosso desafio consiste, então, em buscar produzir outras percepções de territórios múltiplos e diversos.

Ao longo da sistematização e da configuração do pensamento geográfico, muitos foram os caminhos que conduziram à construção das noções de espaço.

Esse objeto da Geografia pauta o cenário de discussões e baliza suas análises, no entanto, são múltiplas as “geografias” que focalizam, portanto, diversas maneiras de se compreender o espaço. Isso significa dizer que o espaço tem sido explicado no campo geográfico sob muitas perspectivas, mas não caberá a este trabalho uma discussão dessa categoria em tal diversidade. Canalizaremos nossa reflexão à Geografia humanista e em autores que, porventura, poderão dialogar com essa concepção partindo do princípio de que, na atualidade, enfrentamos o desafio da convivência em espaços urbanos permeados de relações com sentimentos múltiplos que, de certo modo, “dilatam” o espaço porque, na verdade, o expõem a múltiplos processos de significação. Isso significa dizer que, numa cidade, seus habitantes podem sentir seus múltiplos ambientes como espaços de segurança, medo, convivência, resistência, bem estar ou mal estar. Assim, o espaço, tomado enquanto categoria, já não consegue responder, por si só, a essa ampla gama de possibilidades dadas pela qualificação da experiência humana com os espaços e territórios. Assim, procuraremos refletir como as noções espaço, lugar e identidade atravessam nosso objeto de acordo após o recorte e a dimensão dada pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan. Este também será nosso referencial sobre percepção e experiência.

Dessa forma, quando fomos instigadas a refletirmos sobre a relação espaço – lugar – identidade, pensamos na possível diferenciação entre espaço e lugar e na necessidade de pautarmos tal reflexão em diferentes espaços de formação de professores, não só de Geografia, mas professores que, ao atuarem em campos disciplinares específicos, evocam, por vezes, categorias atinentes ao campo da Geografia. No entanto, antes de priorizarmos um mergulho no debate acadêmico, uma dúvida nos angustiava: que ideia de espaço e lugar as pessoas que estão fora desse debate detêm? Feita de outro modo, buscando abrir a dimensão do que nos interessa pensar

nesse artigo, poderíamos perguntar: em que medida, o tempo presente e a velocidade de transformações processadas na sociedade contemporânea têm provocado a necessidade de dilatação da consciência a respeito do espaço para uma reflexão acerca da relação sensorial e afetiva que estabelecemos os lugares na cidade?

1. NO ENCONTRO COM A GEOGRAFIA: ESPAÇO, LUGAR E IDENTIDADE

A Geografia pode ser lida em várias perspectivas de acordo com as correntes do pensamento geográfico e suas categorias de análise do espaço geográfico, como *lugar, paisagem, território e região*. Os vocábulos *espaço e lugar* são os mesmos utilizados por autores de diferentes correntes e perspectivas teóricas, no entanto, a nossa escolha teórico- metodológica está pautada na Geografia humanista cultural, de base fenomenológica, a partir da linha teórica de Yi-Fu Tuan e em sua concepção de *espaço e lugar*. Mas, como definir espaço e lugar?

“Existem tantas geografias quanto forem os métodos de interpretação; existirão tantas quantas forem os posicionamentos sociais existentes” (MORAES, 1986, p.30). A Geografia, em sua origem, era fortemente marcada pelas características do positivismo, que afastavam homem e espaço para aproximar-se das ciências da natureza.

Em linhas gerais, a Geografia tradicional possui um foco naturalista e descritivo. No entanto, a chamada nova Geografia configura-se por seu enfoque social, ao se afastar da exaustiva descrição e se aproximar da ação. Essa renovação em relação a Geografia tradicional busca, através de novas linguagens e propostas, uma “liberdade maior de reflexão e criação” (MORAES, 1986, p. 93). Para o autor, o contexto histórico foi decisivo para essa mudança de concepção. A realidade havia se transformado; o capitalismo já se apresentava de modo complexo e consolidado; o positivismo clássico já não

era mais sustentação para as bases geográficas e “a falta de leis, ou de outra forma de generalização, foi uma das maiores razões para a crise da Geografia Tradicional.” (MORAES, 1986, p. 97).

Na década de 1980, no Brasil e no contexto de renovação da Geografia, surge a Geografia humanista, em especial com Yi-Fu Tuan. O geógrafo destaca esta ciência pela reflexão sobre fenômenos geográficos para melhor entender o homem e sua condição, focalizando-se no estudo da Terra indissociado das humanidades, buscando uma visão mais precisa do mundo humano através dos estudos das relações das pessoas com a natureza, seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e lugar.

Em julho de 1976, o *Annals of Association of American Geographers* publicava o artigo ‘Humanistic geography’, de Yi-Fu Tuan. Trata-se de uma espécie de declaração de independência de um movimento que vinha sendo gestado há mais de dez anos e que, naquele momento, assumia a feição de um campo disciplinar distinto dentro da geografia norte-americana e com consolidação nas décadas de 1970 e 1980. (HOLZER, 2012, p.165)

Conforme Anne Buttimer (1969) enfatiza, era um contexto de mudanças nos padrões sociais, que impulsionou a obsolescência dos modelos tradicionais analíticos e abertura às dimensões subjetivas de análise. Quando, também em 1976, Edward Relph publicou sua dissertação, “o lugar tornou-se polo da atenção da geografia humanista” (*ibid*, p. 170), uma vez que havia enfatizado a temática nas suas pesquisas desde o lançamento do livro “O homem e a Terra” na década de 1950 na França. Neste sentido, a Geografia no esteio de sua epistemologia já não discute, hoje, o espaço esvaziado nas relações existenciais, mas, ao contrário, a partir da noção de lugar, ela nos convida a refletir sobre as relações do ser no mundo e com o mundo.

A partir da questão apresentada, recorreremos à definição segundo o dicionário Aurélio, no qual

o vocábulo *espaço* pode ser lido como: “Espaço: distância entre dois pontos ou área ou volume entre limites determinados” (HOLANDA, 1980, p.562). Com esta definição, o objetivo estava posto: se o espaço é considerado uma distância delimitada entre dois pontos—e não o lugar apenas como um ponto localizável —, interessamo-nos, justamente, pelo o que ocorre entre esses pontos.

Segundo Massey (2008), neste intervalo entre pontos, encontra-se a esfera da multiplicidade de elementos, de vozes e do dinamismo das relações que, a partir delas, e com elas, vai se tecendo o espaço como produto de interações. Desse modo, o espaço é configurado por relações ao mesmo tempo em que essas interações existem por estarem situadas no espaço.

Com essa concepção, já se torna claro que o espaço não será apenas considerado como um plano horizontal de superfície lisa e geograficamente cartografado, ele será valorizado pelas relações nele estabelecidas. Um olhar de sentido duplo, seja pelo espaço oportunizando as relações ou pelas relações configurando o espaço: um encontro entre sociedade e espaço.

Desse modo, não negamos que existe um espaço delimitado fisicamente, como a referida distância entre dois pontos no contexto urbano. No entanto, valorizaremos as relações interpessoais constituídas a partir dele, nele e com ele. Buscamos compreender como o espaço também possibilita uma relação dupla com a identidade, onde ele pode representá-la e, também, por ela pode ser configurado. Mas a pergunta permanece: qual a relação entre espaço e lugar?

Retomando a definição do dicionário para o vocábulo lugar (HOLANDA, 1980, p.855): “espaço ocupado; espaço próprio para determinado fim”. Este significado já começa a sinalizar a ideia que o lugar não é apenas uma distância entre dois pontos, ele é ocupado, e, se o é, como se dá esta ocupação? A questão deste texto está na subjetividade daqueles que ocupam

determinado lugar no espaço urbano e na possível influência do lugar na formação da identidade do cidadão, uma vez que estamos focalizando os sujeitos. Todavia, essa conceituação ainda deixa o lugar como uma abstração de ideias, sendo preciso ser mais pontual para estabelecer tal relação entre os termos.

As noções de espaço e lugar são foco de análise geográfica para Yi-Fu Tuan (1982, 2012, 2013), que aponta o lugar como aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado pelas relações diretas ou indiretas que estabelece com ele ou a partir dele. Christofolletti (1982), sinaliza que o lugar faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o centro da significância. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas e seu estudo irá procurar analisar seus sentimentos e ideias sobre tal porção espacial.

Werther Holzer (2003) indica que, para Tuan, a percepção do espaço é orientada pelo corpo humano aliado às categorias temporais, onde o sujeito o compreende no presente a partir de sua formação passada e tem sua atitude orientada ao futuro com essa experiência vivida.

Investigados os diversos significados de espaço, Tuan iria se dedicar ao lugar. Ele observa que o lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui 'espírito', 'personalidade', existe um 'sentido do lugar'. Este sentido remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. (HOLZER, 2003, p.120)

Dessa forma, a Geografia humanista prima pela integração espacial mais pela sua dimensão afetiva que pela métrica. Christofolletti (1982) indica que “estar junto, estar próximo, não significa a proximidade física, mas o relacionamento afetivo com outra pessoa ou com outro lugar” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.22).

Essa variação pode ser entendida quando alternamos a sensação temporal de uma viagem na ida e na volta; quando adultos retornamos a um lugar que, quando crianças, nos parecia enorme; ou quando o amor, por exemplo, a uma pessoa nos faz dizer que sua cidade é logo ali e, quando a saudade perturba, a cidade parece ter ficado mais distante.

Eduardo Marandola Jr. sinaliza que o lugar não “possui uma escala definida, nem uma temporalidade a priori dada. O tempo é vivido como memória, e por isso memória e identidade adensam o lugar. A memória é a experiência vivida que o significa, definindo-o enquanto tal” (MARANDOLA JR, 2012, p.229).

Todavia, é plausível esclarecer que este texto prima por uma entre tantas geografias e, também, por uma específica noção de espaço e lugar que, perfeitamente, poderia ser considerada de outra forma dentro de outras geografias.

Werther Holzer (2003) registra que Tuan “caracteriza o lugar a partir da experiência. O lugar era avaliado como lar, em suas diversas escalas: o próprio lar, a vizinhança, a cidade, a região e ao estado-nação” (p.121). Neste sentido, ao citar o autor, a experiência se dá ao conhecermos o mundo através de sensação, sentimento, percepção e concepção.

Segundo Yi-Fu Tuan (1982, 2012, 2013), vivemos no espaço que é liberdade e encontramos a segurança no lugar. Em liberdade compreendemos a de ir e vir, de transitar entre lugares e pessoas. Mas essa liberdade nem sempre é sinônimo de segurança. A zona de conforto proporcionada pela segurança é atravessada pela individualidade de um lugar e pela proteção de um lar. Esse tênue limiar, entre transitar num espaço de liberdade e encontrar a segurança no lugar da pausa, esbarra no encontro com o outro, e, dessa forma, as relações de alteridade em um espaço de liberdade poderão ser as mais diversas. Se existe a igualdade no direito de “caminhar”, como toleramos o outro com

suas diferenças no mesmo espaço? Nesta linha de raciocínio, como percebemos e também toleramos o espaço que é construído por esse outro?

Esses questionamentos vão ao encontro da pergunta de Yi-Fu Tuan (2013, p.12): “O que dá identidade ao lugar?”. Segundo o autor, os lugares são centros aos quais atribuímos valor, no entanto, se é uma relação de via dupla, os lugares também poderão nos imprimir valores. Nessa atribuição de valor, podemos ter um exemplo simples: somos capazes de mudar nossa postura de acordo com o lugar que frequentamos, uma vez que esses lugares carregam em si outras relações que ficam imbricadas naquele ambiente. Essa mudança requer valores previamente percebidos na relação com tal lugar, o que possibilita esse caráter duplo de identidade e lugar. Dessa forma, a partir do modo como as pessoas organizam o espaço e o lugar, elas lhe atribuem significado e valores.

De acordo com Zygmunt Bauman (2007), o espaço urbano é visto na modernidade como um lugar de alta densidade populacional, como lugar de interação e comunicação. Mas, para o autor, o espaço urbano também é um lugar de medo. Um medo nascido da insegurança. Medo de quê ou de quem? Esse medo por muitos anos levou as cidades a construírem muros de proteção e, hoje, contra o que ou quem são nossos muros de proteção?

Com esse raciocínio, a partir de Bauman, a cidade se apresenta como uma linha de frente entre amigos e inimigos, onde a grande estratégia é separar e manter a distância em prol da liberdade e da segurança. Nela, existem os guetos voluntários como os condomínios fechados e os de exclusão, como as áreas de pobreza. Nesta relação de espaço e poder, os espaços tornam-se interditados e desintegradores da vida em comunidade, onde os “favorecidos” são aqueles que têm condição de mudar de lugar e se afastar do outro que lhe incomoda.

“As cidades são espaços em que estranhos ficam e se movimentam em estreita proximidade uns com os outros” (BAUMAN, 2007, p.90). Essa proximidade ligada ao individualismo gera o medo e a desconfiança em dividir o espaço com o estranho. O ideal urbano tornou-se o ilhar-se no igual e do diferente.

Ao mesmo tempo em que tudo é efêmero e fugaz, as imagens produzidas pelas mídias de massa não se perdem no imaginário urbano e, ainda, se consolidam em sua carga de repetição. A preocupação com o debate em torno dessas imagens transcende o espaço físico delimitado como mancha urbana. Nossa preocupação se focaliza nas pessoas que nesses espaços habitam e constituem suas relações. No entanto, no contexto do fortalecimento do individualismo, como pensar as relações de alteridade? Neste sentido, consideramos o outro como aquele que está próximo ou não de mim; aquele com quem teço relações de modo direto ou indireto, aquele que forma e faz parte da constituição do meu ser. Não necessariamente esse outro é alguém que não tenho identificações, podemos sim ter marcas identitárias semelhantes como também podemos não ter. O outro é aquele que não somos na contagem populacional, mas que nos forma e nos constituem ao deixar marcas de modo subjetivo. Essa relação é vista no sentido bakhtiniano, que o eu/outro é como o encontro de duas consciências. O eu só existe a partir do diálogo com outros eus. O eu precisa da colaboração dos outros para poder definir-se e ser autor de si mesmo. Uma única consciência não pode dar sentido ao seu eu; só uma outra consciência pode dar ao eu um unificado sentido da sua própria personalidade. A existência do eu para Bakhtin (2006) é inconcebível sem a existência de um tu, sem um outro. Portanto, tratamos neste texto como “outro” aqueles que estão próximos ou distantes de nossas realidades vividas.

O mesmo pode ser lido a partir dos espaços frequentados e que podem estar demarcados pelas categorias as quais os sujeitos “pertencem”. Neste sentido,

contrariando Bauman em sua descrição da cidade como cenário de espaço dividido, a cidade não é somente composta por espaços que nos amedrontam. A segurança é sentida na liberdade de ir e vir nos espaços conquistados ou destinados aos grupos. Mesmo que a liberdade entre espaços diferentes fique comprometida, ela não deixou de existir enquanto possibilidade de transitar na cidade e entre os referidos espaços de segurança.

E uma pessoa que pode viver cotidianamente num determinado bairro e que pode nunca ter ido ao bairro vizinho, como ficam suas noções sobre o mesmo lugar? De onde veem os fios que compõem sua noção? Poderíamos desenovelar fios da família, amigos, igreja, escola ou da mídia nesta constituição do eu e na noção difundida na coletividade.

Assumimos que existe uma forte veiculação e, portanto, uma forte influência na constituição da identidade do sujeito, como de outras fontes também. Entretanto, consideramos que não existem apenas tais imagens na constituição do “eu” e, assim, consideramos também as relações que os sujeitos tecem com as pessoas e os lugares de sua vida cotidiana com suas imagens. Dessa forma, mesmo que diferentes espaços sejam realidades distantes, como a criança os concebe em sua formação? Assim, quais seriam os filtros identitários que as crianças carregam ao observá-los? Como buscar quais foram e como foram as apropriações de memórias e experiências de seus lugares, que poderão nele estar refletidas e refratas? Como procurar na criança o seu toque de individualidade em meio à sua construção subjetiva na coletividade de sua realidade vivida?

O que temos enfatizado até este momento é o que se apresenta de suma importância para a Geografia humanista: o sujeito. Um sujeito que, para compreendermos sua relação com o lugar, é preciso visualizarmos o cenário no qual se insere. Não podemos apenas nos deter à discussão entre espaço e lugar e nos abster da realidade do sujeito.

Num contexto de modernidade sugerida por Zygmunt Bauman, onde os iguais tendem a se agruparem ao mesmo tempo em que se isolam dos diferente, recorremos à noção de comunidade para elucidarmos tal tensão. Segundo o dicionário Aurélio, o vocábulo comunidade pode destacar em seu significado:

estado do que é comum; comunhão. Identidade. Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns. Agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que comungam uma mesma crença ou ideal. (HOLLANDA, 1980, p. 356)

Segundo Relph (2012), “um lugar ‘reúne’ ou aglutina qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata, e o nome se refere a lugar de uma reunião específica e única” (p.22). “*Ser* implica, inescapavelmente, *estar em* ou *pertencer a* algum lugar.” (SARAMAGO, 2012, p.204)

Os sentidos atribuídos ao vocábulo demonstram o caráter de identidade e comunhão a um grupo social. Desse modo, é possível salientar que o lugar onde tecem suas relações, mesmo sendo “mal visto” por não-moradores, proporciona o surgimento e a manutenção de laços afetivos entre as pessoas e o lugar, justificando a ideia do sentimento de “bairrismo” entre aqueles pertencentes a um determinado grupo ou comunidade. Esse processo vai ao encontro da reflexão de Yi-Fu Tuan (2012) sobre a topofilia, na qual as pessoas são capazes de estabelecer relações afetuosas com o lugar onde vivenciam suas relações. Assim, os moradores não pretendem destacar características físicas do espaço, e sim as relações que tornam seu lugar familiar, em comum unidade.

“A identidade de um lugar é a sua característica física, sua história e como as pessoas fazem uso de seu passado para promover a consciência nacional” (TUAN,

1982, p. 156). Para o referido autor, “uma pessoa é sua biologia, seu meio ambiente, seu passado, suas influências ancestrais, a maneira como vê o mundo e a maneira pela qual deliberadamente prepara a imagem pública” (*ibid*, p. 156). Este pensamento reflete em como ocorre a formação do sujeito, inclusive a partir de seu meio, e na relação da imagem construída pelo outro. Se o ‘eu’ se forma com o outro, o ‘eu’ é visto pelo outro e ele se vê e reflete o/no outro.

Nesta linha de pensamento, o que podemos perceber é uma tênue e áspera divisão nas relações entre os que pertencem a uma determinada porção do espaço urbano e os que não. Segundo Norbert Elias (2002), nessas dicotomias existe um sentido do lugar para os no lugar estabelecidos e outro para os outsiders, permitindo, assim, sentimentos diferentes para os mesmos espaços. Estes sentimentos variam a partir da forma como o ator urbano percebe o espaço, podendo declarar uma relação de soberania, exclusão, aceitação ou segregação diante de regras formais ou subjetivas sobre o espaço. Tal diversidade na percepção do outro e do espaço pode ser uma justificativa na forma como o sentimento pelo outro é construído no cenário urbano.

Se o lugar permite essa variação de sentimentos e atitudes, é real valorizar essa possibilidade de olhar para o espaço. Ou seja, o espaço continua posto, cartografado, localizável, com distância entre dois pontos, mas também com aquilo que nele acontece, que o faz variar pelo modo como o sujeito o percebe. Não estamos relativizando o espaço, estamos admitindo o olhar do sujeito. Um olhar que parte das dimensões corporais, invade seu intelecto e impulsiona o seu comportamento sobre o espaço. Continuamos, dessa forma, com o pensamento de Yi-Fu Tuan e suas palavras-chave: percepção, visão de mundo, atitude e topofilia.

Estamos trabalhando com a tríade ser-identidade-lugar na relação direta com o corpo, sentidos

e sentimentos vividos na experiência espacial. Com esse canal de percepção, não poderemos negar que o sujeito pode ter seus afetos sensibilizados por imagens ou conversas com outras pessoas que estiveram fisicamente no lugar em questão. Ou seja, a pessoa pode não ter ido a um determinado local da cidade, mas ela também pode ter elementos sensoriais que lhe permitem ter uma visão daquele lugar e, dessa forma, uma atitude para com ele.

Com a concepção de Yi-Fu Tuan, o espaço, ao se tornar lugar, traz a possibilidade daquele local não lhe ser mais indiferente. Um sujeito, com seu olhar para o espaço, imprime uma distinção entre os demais locais, uma vez que as pessoas têm a capacidade de se sentirem afetadas pelos lugares e por eles alterarem seus sentimentos.

Retomando a noção de comunidade, Zygmunt Bauman (2003) a compreende como um espaço de segurança, conforto e oferta da sensação de algo conhecido para as pessoas. Desse modo, os sujeitos podem dividir o mesmo espaço e vivenciá-lo de maneiras diferentes, fazendo com que seus sentimentos entre elas e pelo lugar também se diversifiquem, possibilitando, assim, que familiarizados e “estrangeiros” possam co-habitar o espaço urbano. O autor acredita em duas possibilidades para a comunidade: para os que vivem juntos e pelos que comungam a mesma ideia e valores.

Essa noção de comunidade vai ao encontro do pensamento de Tuan (2012) sobre topofilia. Em ambas as situações existem um elo afetivo entre a pessoa e o lugar. Na verdade, o que pretendemos salientar é este conflito que o sujeito, em sua formação, poderá estar exposto, no que tange sua relação de pertencimento ou não com um lugar. Sob este aspecto, pode surgir a identidade/solidariedade pelo outro, como também, a intolerância. Neste sentido, o que atravessa estas questões é a relação do sujeito com o outro em sua constituição e como ela tem sido mediada no espaço urbano.

Pertinente a estas reflexões, Zygmunt Bauman relata um cartaz que viu em Berlim no ano de 1954, no qual dizia: “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza, italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho que é estrangeiro” (BAUMAN, 2005, p.33).

Desde que lemos sobre este cartaz, e todas as vezes que o relemos, sentimos um enorme silêncio ao nosso redor, como se tudo parasse para que refletíssemos o peso do que ali estava escrito. Neste momento focalizamos: “só o seu vizinho que é estrangeiro”.

O cartaz está totalmente adequado às justificativas que damos diariamente neste mundo globalizado, onde para o consumo tudo, inclusive o que é do outro, é permitido. No entanto, quando falamos de relações entre pessoas, independentes do consumo, a estranheza, a desconfiança e medo pairam sob o ar. Assim, novamente perguntamos: e como as crianças têm lidado com isso? Como os jovens têm se visto e o que eles têm aprendido a ser/fazer?

Resolvemos entender o sentido do vocábulo estrangeiro, também segundo Aurélio: “Que é de outra região, de outra parte, ainda que pertencente ao mesmo país; ádvena, forasteiro, estranho. Chegado de fora; intruso. Que está fora do lugar próprio.” (HOLANDA, 1980, p.585). Este sentido de estrangeiro mostra que o outro pode ocupar o mesmo espaço, e, ainda sim, poderá ser de fora e ser intruso. É justamente quem é visto pelo cartaz: o outro; o vizinho.

Neste sentido, retomando Yi-Fu Tuan, se o lugar é pausa, segurança quando nele o sujeito se identifica e cria laços afetivos, essa pausa identitária existe porque o lugar possibilitou a segurança que possivelmente não seria encontrada onde o espaço não é o seu. Da mesma maneira que Zygmunt Bauman acredita que “o anseio por identidade vem do desejo de segurança” (BAUMAN, 2005, p.35). Existe uma relação dialética

neste pensamento: identifico-me com o outro e tenho segurança; tenho segurança, pois me identifico com o outro; tenho medo do outro com quem não me identifico.

Com estas questões no pensamento de Zygmunt Bauman (2003, 2005, 2007, 2009), faz sentido que a comunidade possa ser dos que vivem juntos ou para os que comungam dos mesmos valores. Existe, portanto, uma afinidade entre espaço, lugar, liberdade, individualidade e percepção. Se “quando o espaço nos torna inteiramente familiar torna-se lugar” (TUAN, 2013, p.96), se evidencia a ideia que as pessoas são livres para transitar entre espaços e, à medida que percebem determinados espaços ao seu modo, aos seus valores e à sua identidade, esse espaço, a elas, se apresenta como um lugar. Todavia, essa não é uma relação linear, e sim repleta de conflitos, uma vez que trata-se de uma individualidade inserida num contexto coletivo.

É preciso retomar o ponto sobre o imaginário a partir da concepção de memória comum. Esta memória comum tangencia pessoas diferentes em lugares diferentes, mesmo que nunca tenham tido interação. As pessoas compartilham imagens que transcendem os grupos aos quais pertencem. A partir da memória comum, existe, hoje, um conhecimento sobre os lugares, tanto os lugares pares quanto aqueles que diferem de sua realidade imediata. É neste ponto que se faz necessário compreender como os sujeitos percebem tais espaços, mesmo que nunca tenham transitado por eles. Com essa noção, evoca-se a ideia de Yi Fu Tuan (2013) sobre experiência, sob a qual nos apoiaremos.

Para o autor, a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade, passando pelos sentidos, pela simbolização e pelo colorido das emoções. Ela permite a interpretação do lugar. Na relação espaço e lugar, um não se define sem o outro. Na experiência, o significado de espaço, frequentemente, se funde com

o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar, à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor. “A experiência está voltada para o mundo exterior. Ver e pensar claramente vai além do eu. O sentimento é por alguma coisa e revela a maneira pela qual o “eu” é afetado” (TUAN, 2013, p.17). A experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência.

Para o “eu” aprender, ele precisa sair (*ex*), o que, em Latim, relaciona-se com a ideia de perigo. Ir ao encontro do outro ou apenas sair de si é perigoso. Sair do lar seguro e do lugar é ameaçador. Ir para o espaço de liberdade, onde se encontra ou foge do outro, é de amedrontar. Mas é preciso ir para construir a própria vivência e a própria identidade.

Pensar o ensino de História e Geografia nas escolas é ir além dos saberes canônicos e caminhar em busca da compreensão de quais os símbolos e estímulos que se configuram hoje e ajudam a formar a visão de mundo do sujeito, além de visualizar por onde esses símbolos apontam e o que permeia a experiência da pessoa com o lugar e o outro. O espaço é aberto e passível de ser percebido de diferentes modos pelo sujeito.

Neste sentido, a noção que temos da realidade será resultado da sensibilidade e do intelecto, ou seja, dos sentidos, da percepção e dos conceitos. Dessa forma,

através da sensibilidade captamos as coisas da realidade circundante e as transportamos na forma de sensações até dentro de nós, à nossa mente. Em nossa mente, essas sensações são reunidas na reprodução dos objetos do mundo externo na forma de imagem. Forma-se, assim, uma primeira síntese da realidade do mundo, que é senso-percepção (MOREIRA, 2007, p.106)

Retomando, a partir das reflexões Zygmunt Bauman, os muros que nos separam na cidade, em geral, atenuam guetos voluntários, ao mesmo tempo em que interditam o acesso do outro. Separar de quê ou de quem? O medo do transitar entre espaços e

pessoas tem levado o muro a ser objeto de segurança. Em contrapartida, ele é o reflexo explícito do medo. São muitas as dúvidas e questões acerca das relações na modernidade, onde o muro apresenta-se como um elemento de espaço, material, objetivo e que determina fluxos e intervalo, impedimento de trânsito.

Em Yi-Fu Tuan, o símbolo de liberdade sugere futuro e convida à ação. Ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável. O espaço fechado humanizado é lugar; é o centro calmo de valores estabelecidos. “Os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar.” (TUAN, 2013, p.175). “O lugar existe em escalas diferentes. Em um extremo a poltrona preferida, no meio a pátria e no outro toda a Terra.” (*ibid*, p.183). Ele funcionaria como um “arquivo de lembranças afetivas” (*ibid*, p.189), como “pausa no fluxo do tempo” (*ibid*, p.240)

Para o autor, a partir da segurança e estabilidade do lugar, estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice versa. Se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

Isso tudo pode acontecer dentro da cidade que conhecemos e que desconhecemos. O espaço cidade está ali configurado, e, dentro dela, os bairros também se configuram espacialmente. É possível delimitá-los espacialmente por suas características, mas qual o sentido atribuído aquele espaço? É de lugar de encontro, de segurança ou de medo e fuga?

Portanto, não caberá a este texto abarcar a ideia de espaço como uma representação fixa, linear, de quantidade mensurável e que torna invisível o fluxo da vida. Mas, ao contrário, cabe pensá-lo pelo processo na interação com os sujeitos.

Lugares muito queridos não são necessariamente visíveis, quer para nós mesmo, quer para os

outros. Os lugares podem se fazer visíveis através de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com lugares, proeminência visual e poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos. Os lugares humanos se tornam muito reais pela dramatização das aspirações. Alcança-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidade e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos. (TUAN, 2013, p. 217)

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia como uma ciência plural nos permite diferentes leituras e enfoques sobre o espaço, exatamente do mesmo modo pelo qual a nova história cultural, ao buscar as sensibilidades – e o outro – no tempo e em outros tempos (PESAVENTO, 2005), nos permite ampliar o nosso foco de olhar para a dilatação do conceito de tempo e, de modo simultâneo, a valorização da ideia de que a construção acerca dos modos de qualificar o tempo é sempre redefinida por cada presente. Isso permite, portanto, encontrar perspectivas alargadas quanto aos objetos lícitos de estudo para a História e para a Geografia. Eric Dardel (2011, p.33) nos aponta que “a ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado à Terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre”. Diante dessa perspectiva, quais têm sido os possíveis olhares sobre essas ligações entre homem e Terra? Nosso caminho reflexivo pautou-se nas relações entre sujeitos, suas experiências, o modo como se posicionam no mundo e seus elos com os lugares.

O sujeito “precisa ser entendido como uma pessoa com experiências de vida e visões de mundo que medeiam sua interpretação dos fenômenos e a estruturação de suas bases de conhecimento e informações” (MIRANDA, 2007, p. 95).

Um dos objetivos desse texto foi evidenciar a força da relação entre sujeitos e experiência na percepção do espaço. Os sentidos e as experiências de outras pessoas aguçam a imaginação e o desejo de mover-se por

lugares conhecidos apenas mentalmente. As diferentes narrativas e linguagens são fundamentais para acentuar a construção de tais imagens e a leitura mundo dos sujeitos (DIAS, 2015, p.213). Com tantas possibilidades de olhar para a realidade a partir da Geografia, não há como silenciar saberes diversos.

Por outro lado, quando buscamos compreender os modos pelos quais os campos de conhecimento se compõem e se dilatam no processo de reconstrução permanente de seus referentes e modos de problematização do mundo, os fetiches que frequentemente acompanham as formas de conceber o espaço e o tempo se redimensionam e, ao invés de pensarmos o que pode ser o conhecimento válido em História ou Geografia, conseguimos compreender que é possível pensar em múltiplas Histórias e Geografias, nas quais a dimensão do humano se dispõem para nossa interpretação em suas historicidades, suas territorialidades, espacialidades e, sobretudo, por meio de seus múltiplos lugares de experiência. Neste sentido, o diálogo a partir da epistemologia de diferentes campos disciplinares configura-se como profícuo componente e poderoso instrumento nos espaços de formação de professores.

NOTES ON SPACE, PLACE AND TERRITORIAL IDENTITIES IN TEACHER TRAINING SPACES

Abstract

This text aims to reflect about dialogues between fields of knowledge from its epistemological bases, betting on its potential to qualify the processes and areas of training and dialogue between teachers. In particular, the discussion will be in the questioning of Geography and its theoretical and reflective anchor in one of its main categories of analysis of geographical space

- the place. The theoretical purpose of the article is the mainstay of Cultural Geography Humanist through reflection on the intrinsic relationship between experience and attitude revealed in the constitution of the subject and place.

Keywords: Place. Identity. Epistemology. Knowledge school. Geography teaching.

NOTAS SOBRE ESPACIO, LUGAR Y IDENTIDADES TERRITORIALES EN ESPACIOS LA FORMACIÓN DE PROFESORES

Resumen

El artículo busca reflexionar sobre campos de conocimiento, teniendo en cuenta la necesidad de, en interior de los procesos de formación de profesores y diálogos docentes, promover la consciencia relativa a las bases epistemológicas que componen los saberes disciplinares. Hemos seleccionado, especialmente, la discusión alrededor de la Geografía, con énfasis sobre las teorías que disponen sobre una de las principales categorías del espacio: lugar. Los marcos teóricos que hacen el anclaje del artículo buscan la Geografía Humanista Cultural, a través de las reflexiones sobre las relaciones entre experiencia y actitud reveladas en la constitución de las identidades del sujeto y del lugar.

Palavras clave: Lugar. Identidad. Epistemología. Conocimiento escolar. Enseñanza de la Geografía.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKHTIN, M. (Volochinov) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006. 12.ed

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1997.

CUESTA FERNÁNDEZ, R. *Clío en las aulas: la enseñanza de la historia en España entre reformas, ilusiones y rutinas*. Madrid: Akal, 1998.

CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

DARDEL, E. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, J. M. T. Direitos de aprendizagem em Geografia: o lugar em sua potência. *Educação em Foco: Revista de Educação da UFJF*, Juiz de Fora, Edição Especial, p. 203-220, fev. 2015.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GAUTHIER, C. *Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí: Unijuí, 1998.

HOLANDA, A. B. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. v. 1. p. 165-178.

HOLZER, W. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano V, n.10, p. 113-123, 2003.

MARANDOLA JR., E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). *Qual o espaço do lugar?*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 227-247.

MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIRANDA, S. R. *Sob o signo da memória: cultura escolar, saberes docentes e história ensinada*. São Paulo: Editora UNESP; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspecto e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). *Qual o espaço do lugar?*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-31.

PESAVENTO, S. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005, consulté le 26 mars 2015. URL : <http://nuevomundo.revues.org/229>

SARAMAGO, L. O Pensamento do Lugar em Heidegger. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). *Qual o espaço do lugar?*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.193-225.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p.143-164.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. *Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

Enviado em 27 de março de 2015.

Aprovado em 27 de abril de 2015.